

Carta Eletrônica de Conjuntura Econômica

Ano 3, Número 24, fevereiro de 2005.

Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas - CEPE

cepe@unisc.br

.....EDITORIAL

Ufa! Finalmente o ano de 2005 começou! Estamos também reiniciando as atividades da Carta Eletrônica de Conjuntura Econômica como praticamente tudo de resto neste país: depois do Carnaval e como neste ano o Carnaval aconteceu logo no início de fevereiro, 2005 será mais longo que 2004 ...

Bem, brincadeiras à parte, realmente no início de cada ano parece que a economia anda meio de lado, sem muitas novidades ou acontecimentos importantes. Para o comércio, não são meses de muito movimento, a não ser pelas tradicionais liquidações de fevereiro. Para a indústria é a hora da retomada da produção e recomposição dos estoques - limitados, lógico, pela demanda e pelos juros para financiar o capital de giro.

Mas neste início de ano o que mais chamou a atenção sem dúvida foi o resultado da eleição para a presidência da Câmara dos Deputados. Saudada por alguns como uma resposta ao governo - e à sua forma de relacionamento com o Congresso Nacional - ou como uma forma de demonstrar a independência da casa perante a vontade do governo - algo fundamental em um regime democrático - cabe aqui ressaltar outro aspecto, que parece não foi o fundamental na derrota do candidato governista: a participação do chamado baixo clero. Ainda que esta não seja a questão fundamental, o comportamento do presidente eleito da Câmara dos Deputados, propondo a elevação dos salários dos deputados - equiparação aos ministros do Supremo Tribunal Federal - e outras melhorias nas condições de funcionamento dos gabinetes - leia-se mais gastos - é algo preocupante.

Preocupante não só do ponto de vista daqueles que pagarão a conta - ou seja, nós, enquanto pessoas físicas e jurídicas - mas fundamentalmente do que estas ações/propostas representam para a credibilidade do país. Fica a pergunta: como que um investidor, seja brasileiro ou do exterior, reage a uma notícia destas? Será que aumenta a disposição a investir no país ou fica a sensação de que este não é um país sério? Isto que nem tocamos na proposta de prorrogação de mandatos ...

Esperemos que o estrago não seja maior e que estas propostas fiquem apenas para o folclore, como mais uma tentativa tendo em vista unicamente o interesse próprio dos congressistas - ou melhor, de parte deles. Nossa análise de conjuntura inicia com o já tradicional levantamento de preços em Santa Cruz do Sul e, sempre desejando uma boa leitura, esperamos as críticas e sugestões para nosso endereço eletrônico.

....:SUMÁRIO

- ◆ CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR EM SANTA CRUZ DO SUL 02 DE FEVEREIRO DE 2005.
- ◆ CESTA BÁSICA NACIONAL EM SANTA CRUZ DO SUL, 02 DE FEVEREIRO DE 2005.
- ◆ TUDO ESTÁ CERTO E TUDO ESTÁ FORA DE SEU LUGAR
- ◆ PACTO FEDERATIVO E RESULTADO DO SETOR PÚBLICO EM 2004.

CUSTO DO CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR EM SANTA CRUZ DO SUL, 02 DE FEVEREIRO DE 2005.

Silvio Cezar Arend silvio@unisc.br

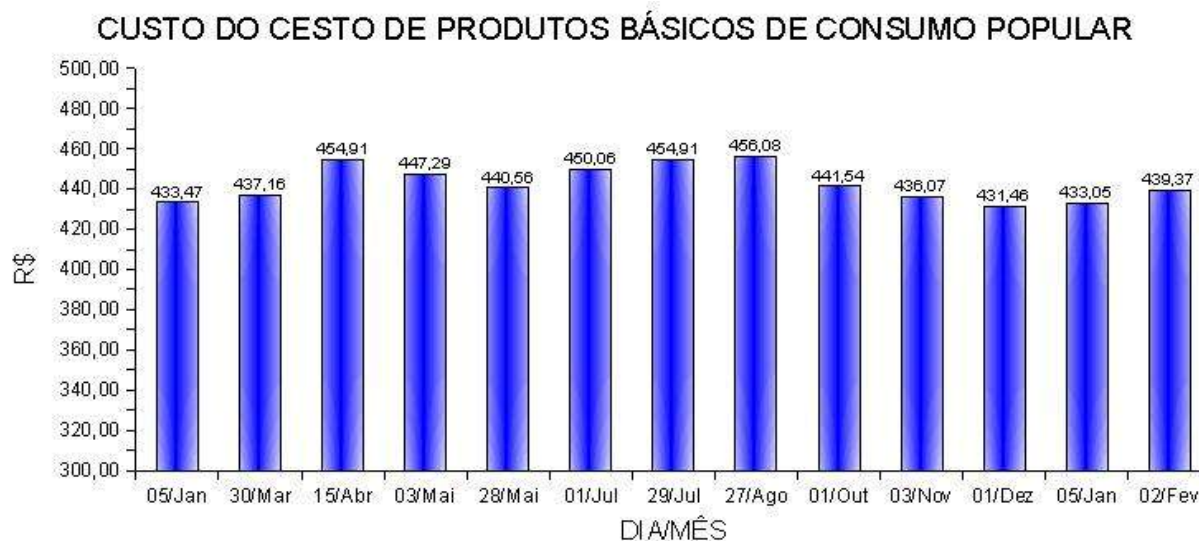
A variação do custo do Cesto de Produtos Básicos de Consumo Popular em Santa Cruz do Sul foi de 1,46 % no período entre 05 de janeiro e 02 de fevereiro de 2005, passando de R\$ 433,05 para R\$ 439,37.

Por grupo de despesa, os produtos de Higiene Pessoal apresentaram redução de 0,13 %, a Alimentação no Domicílio aumentou em 1,59 % e os produtos de Limpeza Doméstica ficaram estáveis.

Dos 60 produtos pesquisados, 26 tiveram elevação de preço neste período, 30 reduziram o preço e 04 permaneceram estáveis (Cigarros, Gás de Cozinha, Esfregão de Aço e Vassoura de Palha). As maiores contribuições para a elevação do custo do Cesto Básico foram da Carne Bovina (contribuição de 1,08 %) e da Batata Inglesa (contribuição de 0,69 %). Os produtos que mais contribuíram para segurar a elevação do custo do Cesto Básico foram o Pão Francês (contribuição de - 0,23 %), a Banha (contribuição de - 0,18 %) e o Leite Tipo C (contribuição de - 0,18 %).

Os produtos utilizados para composição do Cesto Básico referem-se a um conjunto de produtos mais consumidos, obtidos a partir da Pesquisa de Orçamentos Familiares realizada pelo Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas da UNISC junto à famílias com renda familiar inferior a 10 salários mínimos em Santa Cruz do Sul.

[Veja o resultado do Cesto de Produtos Básicos de Consumo Popular em Santa Cruz do Sul em 02 DE FEVEREIRO de 2005.](#)



UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS - CEPE

CUSTO DO CESTO DE PRODUTOS BÁSICOS DE CONSUMO POPULAR

PRODUTOS	UNID. MED.	QT. MÉD.	5 de Jan de 05		2 de Fev de 05		VAR. %	CONTRI- BUIÇÃO
			PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$	PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$		
Grupo: Higiene Pessoal								
01. Absorventes	pct/10	0,72	1,8650	1,3428	1,9350	1,3932	3,7534	0,0116
02. Desodorante	90 ml	1,35	2,4893	3,3605	2,4042	3,2456	-3,4194	-0,0265
03. Lam. Barbear	unid	2,08	0,9125	1,8980	0,8925	1,8564	-2,1918	-0,0096
04. Papel Higiênico	rolo	7,74	0,5175	4,0055	0,5085	3,9361	-1,7311	-0,0160
05. Pasta Dental	90 g	1,44	1,7427	2,5095	1,7545	2,5265	0,6781	0,0039
06. Sabonete	90 g	4,24	0,7460	3,1630	0,6980	2,9595	-6,4343	-0,0470
07. Shampoo	500 ml	0,73	4,7563	3,4721	4,4857	3,2746	-5,6880	-0,0456
Total / variação grupo:				19,7514		19,1920	-0,1292	
Grupo: Alimentação no Domicílio								
01. Aipim	kg	2,58	0,8800	2,2704	1,3167	3,3970	49,6212	0,2601
02. Alface	pé	3,66	0,4600	1,6836	0,7150	2,6169	55,4348	0,2155
03. Arroz	2 kg	4,79	3,6014	17,2508	3,4775	16,6572	-3,4411	-0,1371
04. Açúcar	2 kg	4,1	2,2640	9,2824	2,2633	9,2797	-0,0294	-0,0006
05. Banana	kg	3,19	1,5217	4,8541	1,4633	4,6680	-3,8335	-0,0430
06. Banha	kg	1,62	4,5767	7,4142	4,0767	6,6042	-10,9250	-0,1870
07. Batata Doce	kg	1,37	1,5125	2,0721	1,5400	2,1098	1,8182	0,0087
08. Batata Inglesa	kg	7,53	1,0743	8,0894	1,4729	11,0906	37,1011	0,6930
09. Beterraba	kg	1,53	1,4625	2,2376	1,4600	2,2338	-0,1709	-0,0009
10. Biscoitos	500 g	2,22	2,1217	4,7101	2,1055	4,6741	-0,7641	-0,0083
11. Café Moído	500 g	1,08	4,4671	4,8245	4,6000	4,9680	2,9741	0,0331
12. Carne Bovina	kg	8,53	5,3642	45,7563	5,9150	50,4550	10,2688	1,0850
13. Carne Frango	kg	5,96	3,1067	18,5157	3,1767	18,9329	2,2532	0,0963
14. Carne Suína	kg	1,98	10,5422	20,8736	10,2014	20,1988	-3,2327	-0,1558
15. Cebola	kg	2,33	0,9833	2,2912	0,7867	1,8329	-20,0000	-0,1058
16. Cenoura	kg	1,73	1,4025	2,4263	1,5150	2,6210	8,0214	0,0449
17. Cerveja	grf	4,29	1,5540	6,6667	1,5733	6,7496	1,2441	0,0192
18. Cigarros	maço	15,26	2,3000	35,0980	2,3000	35,0980	0,0000	0,0000
19. Erva Mate	kg	2,55	2,7083	6,9063	2,6733	6,8170	-1,2923	-0,0206
20. Ext. Tomate	370 g	1,21	1,7875	2,1629	1,7957	2,1728	0,4595	0,0023
21. Far. Mandioca	kg	0,34	3,4333	1,1673	3,6333	1,2353	5,8252	0,0157
22. Farinha Trigo	kg	7,89	1,3313	10,5036	1,2863	10,1485	-3,3803	-0,0820
23. Feijão Preto	kg	3,53	2,2388	7,9028	2,1950	7,7484	-1,9542	-0,0357
24. Fermento	100 g	2,94	3,8600	11,3484	3,9388	11,5799	2,0402	0,0535
25. Fósforos	pct/10	0,88	1,9438	1,7105	1,9100	1,6808	-1,7363	-0,0069
26. Gás de Bujão	13 kg	0,96	33,0000	31,6800	33,0000	31,6800	0,0000	0,0000
27. Laranja	dz	2,87	1,2013	3,4477	1,4963	4,2942	24,5552	0,1955
28. Leite Natural	l	22,8	1,3100	29,8680	1,2750	29,0700	-2,6718	-0,1843
29. Lingüiça	kg	0,68	13,2925	9,0389	12,9656	8,8166	-2,4596	-0,0513
30. Maizena	500 g	0,51	2,6383	1,3456	2,6350	1,3439	-0,1263	-0,0004
31. Margarina	250 g	3,66	1,2934	4,7339	1,3367	4,8922	3,3445	0,0366
32. Massas	500 g	2,83	1,8857	5,3366	1,8478	5,2292	-2,0118	-0,0248
33. Maçã	unid	3,7	0,5205	1,9257	0,4731	1,7506	-9,0909	-0,0404
34. Nata	kg	0,48	4,7657	2,2875	5,0086	2,4041	5,0959	0,0269
35. Nescäu	500 g	0,8	3,6414	2,9131	3,8188	3,0550	4,8696	0,0328
36. Ovos	dz	3,84	2,0700	7,9488	1,9283	7,4048	-6,8438	-0,1256
37. Pipocas	500 g	0,76	1,9986	1,5189	1,8600	1,4136	-6,9335	-0,0243
38. Pão Francês	500 g	10,67	2,2550	24,0609	2,1600	23,0472	-4,2129	-0,2341
39. Refrigerante	l	6,55	0,9479	6,2089	0,9113	5,9687	-3,8681	-0,0555
40. Repolho	kg	2,03	0,4900	0,9947	0,8600	1,7458	75,5102	0,1734
41. Sagú	500 g	0,49	2,3200	1,1368	2,7660	1,3553	19,2241	0,0505
42. Sal	kg	1,75	0,7486	1,3100	0,7429	1,3000	-0,7634	-0,0023
43. Tomate	kg	2,29	2,0513	4,6974	2,1475	4,9178	4,6923	0,0509
44. Vinagre	grf	1,39	0,9440	1,3122	0,9400	1,3066	-0,4237	-0,0013
45. Óleo de Soja	900 ml	3,15	2,6591	8,3761	2,6962	8,4929	1,3938	0,0270
Total / variação grupo:				388,1603		395,0588	1,5930	
Grupo: Limpeza Doméstica								
01. Alvejantes	l	0,67	1,3783	0,9235	1,3950	0,9347	1,2092	0,0026
02. Bombril	pct/8	1,52	1,1329	1,7219	1,0957	1,6655	-3,2787	-0,0130
03. Cera Assoalho	450 g	0,78	8,2756	6,4549	8,3867	6,5416	1,3426	0,0200
04. Det./Desinfet.	500 ml	1,9	1,4685	2,7901	1,3207	2,5093	-10,0646	-0,0648
05. Esfregão Aço	unid	0,52	0,4830	0,2512	0,4830	0,2512	0,0000	0,0000
06. Sabão Barra	500 g	4,05	1,1287	4,5713	1,1799	4,7785	4,5319	0,0478
07. Sabão em Pó	800 g	1,08	6,2936	6,7971	6,3042	6,8085	0,1673	0,0026
08. Vassoura palha	unid	0,23	7,1150	1,6365	7,1150	1,6365	0,0000	0,0000
Total / variação grupo:				25,1465		25,1256	-0,0048	
CUSTO TOTAL				433,0582		439,3763		1,4590
VARIAÇÃO								1,4590

CESTA BÁSICA NACIONAL EM SANTA CRUZ DO SUL, 02 DE FEVEREIRO DE 2005

Silvio Cezar Arend silvio@unisc.br

A variação do custo da Cesta Básica Nacional em Santa Cruz do Sul foi de 4,00 % no período de 05 de janeiro a 02 de fevereiro de 2005, passando de R\$ 124,57 para R\$ 129,55.

Dos 13 produtos pesquisados, 08 tiveram redução de preço neste período e 05 apresentaram elevação. As maiores contribuições para esta elevação do custo da Cesta Básica Nacional foram da Carne Bovina (com contribuição de 2,92 %) e da Batata Inglesa (contribuição de 1,92 %). Os produtos que mais contribuíram para segurar a elevação do custo da Cesta Nacional foram o Pão Francês (contribuição de – 0,45 %) e a Banha (contribuição de – 0,36 %).

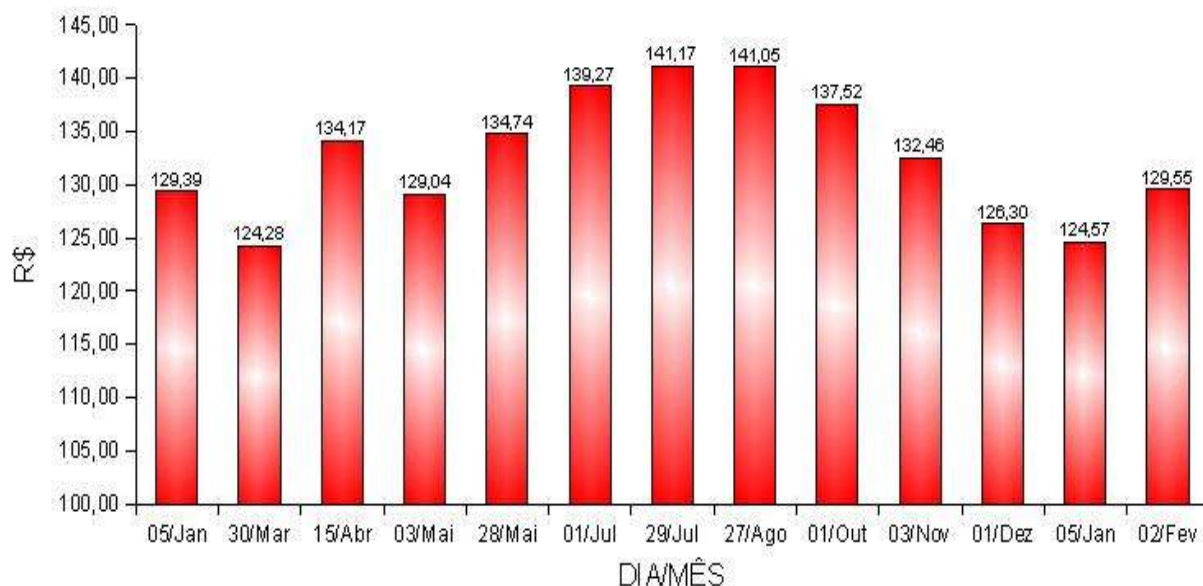
Para a aquisição do conjunto de 13 produtos da Cesta Básica Nacional, um trabalhador de Santa Cruz do Sul que receba um salário mínimo mensal precisa trabalhar 105,40 horas de sua jornada mensal. Da mesma forma, a partir dos gastos com alimentação é possível estimar-se o salário mínimo necessário para o atendimento das necessidades básicas do trabalhador e de sua família. Seguindo a mesma metodologia utilizada pelo DIEESE, o valor para o mês de janeiro de 2005 em Santa Cruz do Sul alcançou R\$ 1.080,22 para uma família composta por dois adultos e duas crianças.

Movimento diferente foi encontrado pelo DIEESE para Porto Alegre no levantamento efetuado em 16 capitais do país. No levantamento do mês de janeiro, Porto Alegre deixou de ser a capital mais cara do país – posição ostentada de maio a dezembro de 2004 – tendo sido superada por São Paulo. O mesmo conjunto de 13 produtos acompanhados em Santa Cruz do Sul custa R\$ 168,80 em Porto Alegre (queda de 3,40 %) e R\$ 172,87 em São Paulo.

A Cesta Básica Nacional relaciona um conjunto de alimentos que seria suficiente para o sustento e bem-estar de um trabalhador adulto ao longo de um mês, tomando como base o Decreto Lei n.º 399, de 30 de abril de 1938, que regulamenta a Lei n.º 185 de 14 de janeiro de 1936 – da instituição do Salário Mínimo no Brasil. Este Decreto estabelece que o salário mínimo é a remuneração devida ao trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço, capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

**Veja o resultado do custo da Cesta Básica Nacional em
Santa Cruz do Sul, em 02 DE FEVEREIRO de 2005.**

CUSTO DA CESTA BÁSICA NACIONAL



UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISCU

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS - CEPE

CUSTO DA CESTA BÁSICA NACIONAL

PRODUTOS	UNID. MED.	QT. MÉD.	5 de Jan de 05		2 de Fev de 05		VAR. %	CONTRIBUIÇÃO
			PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$	PREÇO UNIT R\$	CUSTO TOTAL R\$		
01.Arroz	2 kg	1,5	3,6014	5,4021	3,4775	5,2163	-3,4411	-0,1492
02.Açúcar	2 kg	1,5	2,2640	3,3960	2,2633	3,3950	-0,0294	-0,0008
03.Banana	kg	6,3	1,5217	9,5865	1,4633	9,2190	-3,8335	-0,2950
04.Banha	kg	0,9	4,5767	4,1190	4,0767	3,6690	-10,9250	-0,3612
05.Batata Inglesa	kg	6	1,0743	6,4457	1,4729	8,8371	37,1011	1,9197
06.Café Moído	500 g	1,2	4,4671	5,3606	4,6000	5,5200	2,9741	0,1280
07.Carne Bovina	kg	6,6	5,3642	35,4035	5,9150	39,0390	10,2688	2,9184
08.Farinha Trigo	kg	1,5	1,3313	1,9969	1,2863	1,9294	-3,3803	-0,0542
09.Feijão Preto	kg	4,5	2,2388	10,0744	2,1950	9,8775	-1,9542	-0,1580
11.Leite Natural	l	7,5	1,3100	9,8250	1,2750	9,5625	-2,6718	-0,2107
10. Margarina	kg	0,75	1,2934	0,9701	1,3367	1,0025	3,3445	0,0260
12.Pão Francês	500 g	6	2,2550	13,5300	2,1600	12,9600	-4,2129	-0,4576
13.Tomate	kg	9	2,0513	18,4613	2,1475	19,3275	4,6923	0,6954
CUSTO TOTAL				124,5710		129,5548		4,0008
VARIAÇÃO						4,0008		

TUDO ESTÁ CERTO E TUDO ESTÁ FORA DE SEU LUGAR

André Carraro acarraro@unisc.br

Este ano de 2005 inicia com algumas cores realmente interessantes. De um lado, as cores coloridas do verão indicam que a estação do ano será da felicidade: o PIB brasileiro cresce, a taxa de câmbio cai, o [Real torna-se uma moeda valorizada](#) e o desemprego fecha o ano em 9,6%. De outro lado, o inverno do hemisfério norte coloca cores muito menos carnavalescas no nosso calendário: petróleo em alta no mercado internacional, banco central americano elevando sua taxa de juros, [o Brasil com a maior taxa de juros reais do mundo](#) e o dólar se desvalorizando em relação às demais moedas internacionais.

A desvalorização do dólar frente às principais moedas internacionais está baseada nos elevados déficits que a economia americana vem apresentando tanto na sua conta fiscal como na sua relação comercial com o mundo. A presença destes déficits indica que a economia americana está consumindo acima de sua capacidade, necessitando financiar parte desta conta. Até agora este financiamento foi bancado pelos bancos centrais, principalmente pelo banco central da China. Para entender: a China possui um grande superávit comercial com os Estados Unidos ou, em outras palavras, a China vende muito mais do que compra dos Estados Unidos. Como investidores e bancos centrais mundiais indicam menor disposição para financiar o rombo nas contas dos EUA, tem-se uma certa aversão ao dólar que estimula a procura por outros ativos, como o euro, que se valoriza frente à moeda americana.

O Real segue o mesmo caminho do euro e se valoriza em relação ao dólar. Mas note bem, a taxa de câmbio afeta diretamente os ganhos daqueles que trabalham com o comércio exterior. Com o Real valorizado os exportadores têm um ganho menor com as exportações; parte da exportação realizada a um câmbio próximo de R\$ 3,00 pode deixar de ser lucrativa para a empresa exportadora a um câmbio mais valorizado. Isso indica que o país pode ter alguma dificuldade para obter, neste ano, o mesmo saldo comercial obtido em 2004. Por outro lado, as importações estão se tornando mais baratas, facilitando a aquisição de novas tecnologias para a modernização do parque industrial brasileiro.

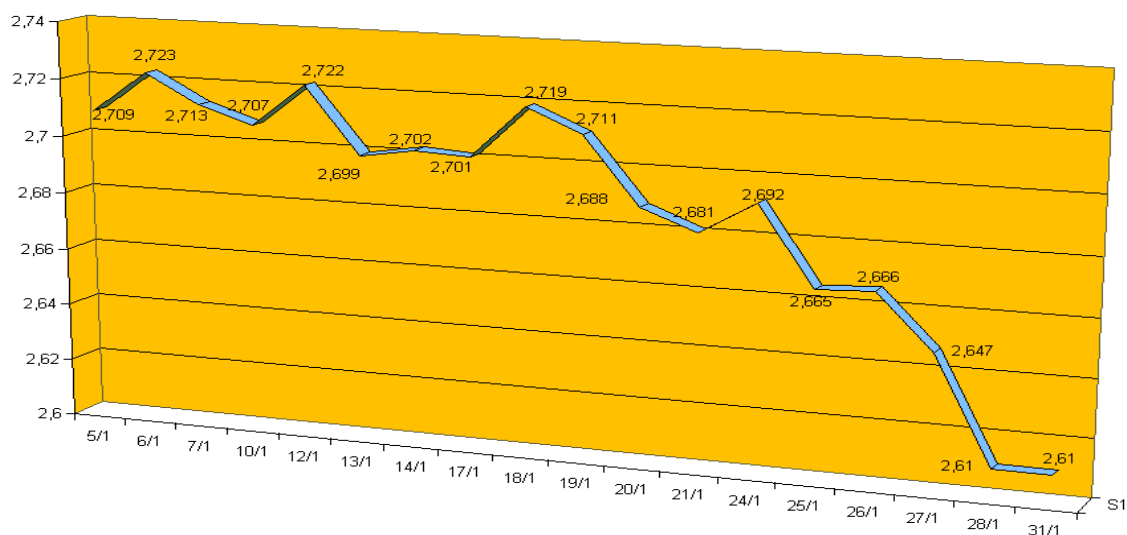
Imaginando que o movimento de valorização do Real leve a moeda para uma cotação abaixo de R\$ 2,60, muito provavelmente o setor exportador da indústria brasileira terá que vender seus produtos no mercado doméstico. Esta maior oferta de produtos poderia até ajudar o governo a combater a inflação de 2005, alcançando com maior facilidade a meta estabelecida pelo Banco Central. No entanto, a valorização do Real será positiva para o país caso ele consiga repetir o saldo comercial do bom ano de 2004, mas com uma taxa de câmbio menor. Isto indicaria que a indústria nacional obteve maior competitividade, tornando suas exportações menos dependente da taxa de câmbio.

A aversão existente no mercado financeiro internacional ao dólar gera um fluxo desta moeda para o Brasil. Assim, o Brasil deverá continuar recebendo investimentos externos na bolsa

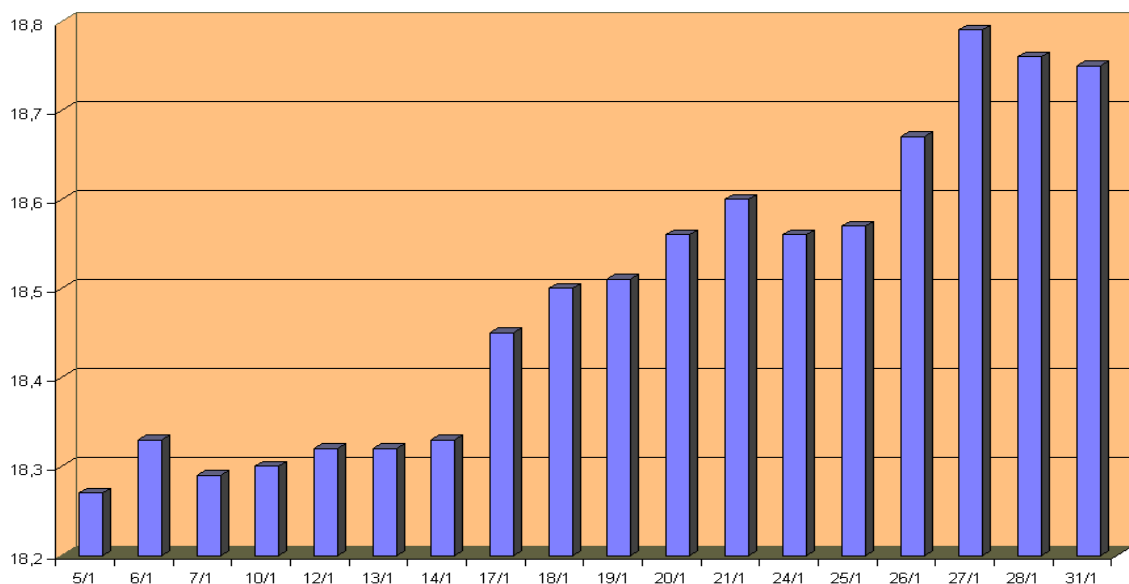
de valores que gerarão uma valorização das ações de empresas brasileiras. Com o dólar baixo, o Banco Central poderá aproveitar para refazer suas reservas internacionais. Um maior volume de reservas internacionais irá ajudar a reduzir o risco de investimento no país, auxiliando na vinda de maior investimento produtivo.

Por outro lado, a indústria gaúcha exportadora deverá reduzir seu volume de exportações. Isso significa que importantes pólos industriais exportadores terão um desempenho em 2005 pior que o obtido em 2004. Neste sentido, as regiões próximas do pólo moveleiro da região de Bento Gonçalves e do pólo exportador de calçados do Vale dos Sinos deverão sofrer diretamente com os efeitos negativos de um Real mais valorizado. Para evitar maiores perdas de negócios, uma possível saída é tentar focar o comércio exterior para os países que estão negociando com o euro, já que em relação a esta moeda o Real mantém uma desvalorização cambial.

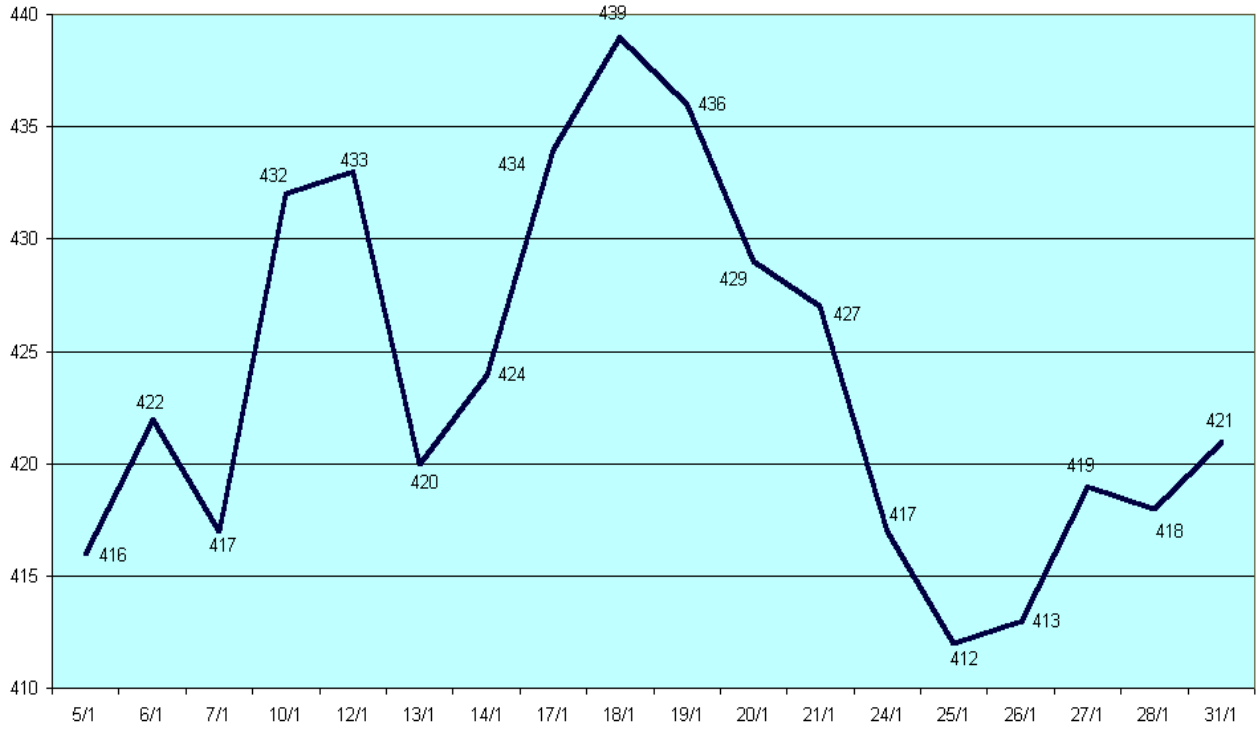
Desempenho do Câmbio (R\$/US\$)



Juros Futuro - Abril/2005



Evolução do Risco País



PACTO FEDERATIVO E RESULTADO DO SETOR PÚBLICO EM 2004.

Túlio Marques Jr. marquesjr@ppge1.ppge.ufrgs.br

A história do Brasil demonstra que nunca tivemos uma administração pública equilibrada entre os entes federados (União, estados e municípios). Porém em 2005 esse problema ameaça levar as administrações subnacionais ao colapso. A quantidade de municípios incapazes de honrar suas obrigações com a população e com os credores cresceu apesar da Lei de Responsabilidade Fiscal. Com destaque para São Paulo, que não pagará os credores mesmo que destine toda a parte legalmente disponível de sua arrecadação para isso.

O Brasil é uma federação por um motivo bem claro: é impossível para um governo central administrar um continente. Algum grau de autonomia em assunto de interesse regional e local se faz necessário. Por isso, temos estados e municípios. Esse grau de autonomia variou no decorrer de nossa história, mas há uma tendência clara à centralização desde o golpe de 64. Cabe lembrar que autonomia está diretamente ligada à disponibilidade de recursos financeiros.

Uma demonstração clara do desequilíbrio do pacto federativo nacional é a legislação tributária. Ela não permite a estados e municípios que legislem sobre a maioria dos tributos que são fonte de suas receitas. Quem legisla é a União. A legislação restringe a mobilidade de aplicação dos recursos e impõe metas de endividamento aos entes federados que a União não precisa obedecer. Quando os congressistas conseguem destinar verbas para obras nos estados e municípios, o executivo nacional não é obrigado a obedecer a Lei. Além disso, quem paga o imposto não é necessariamente quem se beneficia dele, como no caso do maior imposto do país, o ICMS.

No Brasil, o presidente da república pode mudar a legislação sem consultar qualquer outra autoridade. Cabe ao Congresso nacional apenas recusar ou homologar a nova Lei. Por abusar desse tipo de poder, os ingleses obrigaram seu rei a editar uma constituição e os Estados Unidos se declararam independentes da Inglaterra.

Os resultados da necessidade de financiamento do setor público em 2004 evidenciam o germe de problemas futuros no nível dos estados e municípios. O único ente federado em que o endividamento nominal diminuiu foi a União: 3,99% do PIB (2003) para 1,54% (2004). Estados e municípios aumentaram o endividamento de 1,47% e 0,26% (2003) para 1,56% e 0,37% (2004) do PIB, respectivamente. Há que se lembrar, nesse contexto, que a participação da União no bolo fiscal vem crescendo a cada ano, pois quando o Executivo federal cria novas formas de arrecadar toma sempre o cuidado de criar fontes que não tenha que dividir com os demais entes.

Quando se analisa o pagamento de juros nominais a realidade continua a mesma. Estados e municípios tiveram crescimento dos juros pagos, como percentual do PIB, em 2004 em relação a 2003, enquanto a União teve queda. Logicamente que aquilo que os entes subnacionais

gastaram com outros itens (saúde, educação, segurança, custeio, etc.) diminuiu. Os gastos da União com itens que não os juros cresceram, mas paradoxalmente isso não ocorreu na saúde, educação, segurança e infra-estrutura.

O cenário que se avizinha para os próximos anos é o aumento da pressão, por parte da população, por gastos de qualidade (saúde, educação, segurança e infra-estrutura) em todos os níveis federados. Por outro lado, com o Estado (em todos os níveis) arrecadando 36,41% de tudo que é produzido no país em um ano, não há contribuinte disposto a aceitar aumento de impostos. Esse fato torna-se mais legítimo quando se constata que a carga tributária é mal dividida, havendo pessoas físicas que pagam 56% do que ganham para o governo e outros pagando quase nada.

Nesse cenário, municípios e estados sofrerão pressão por gastos, terão limites a cumprir devido à Lei de Responsabilidade Fiscal, receitas incertas devido ao poder do executivo federal de contingenciar repasses e dificuldades de aumentar receitas, uma vez que têm pouco poder de legislar e a população não aceitar pagar mais impostos. Além disso, o crescimento dos gastos federais de baixa qualidade aumenta a pressão sobre toda a federação. Como na história da humanidade, a solução desse tipo de problema nunca veio voluntariamente do Estado. Está com a palavra a sociedade brasileira.